

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR**Aviso n.º 25447/2007****Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos, torna-se público que foram renovados os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

José Carlos Lages Mexia, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Ilda Beatriz Saragoça Amêndoa, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Maria da Conceição Garrancho Santos Veríssimo, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Mariana Amiguiinho Galaricha Restolho, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Anabela Ferreira Monforte Cunha, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Célia de Jesus Paução Pratas, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Teresa da Conceição Lemos Moacho Boquinhãs, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

Luísa Maria de Jesus Sá-Rato Catarreira, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 02/12/2007.

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica*.

2611071263

Aviso n.º 25448/2007**Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos, torna-se público que foi renovado o seguinte contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Clara Maria Cabaço de Carvalho, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 04/12/2007.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica*.

2611071265

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS**Aviso n.º 25449/2007**

Conforme determina o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 03/08, torna-se público que, por meu despacho de 07/11/2007, foi autorizado o prolongamento do regime de equiparação a bolseira por mais 2 anos, não remunerados, de Teresa Margarida Modesto Ramos Técnica Superior deste Município com efeitos a partir de 23/10/2007.

19 de Novembro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*.

2611071156

Aviso n.º 25450/2007

De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 34.º, do Dec. lei n.º 427/89, de 07/12, aplicado à Administração Local através do Dec.-Lei n.º 409/91, de 17/10 torna-se público que, por meu despacho de 22 de Novembro de 2007, foram nomeados como Técnicos Superiores da Área de Psicologia de 1ª Classe, Rui Pedro Castela Pacheco Almeida Ângelo, Francisco Eduardo Durão Carreiro, Rui Miguel Narciso Fernandes Costa, Ana Paula Pimentel Pereira Nunes de Carvalho, Teresa Maria Cruz Ferreira Casaleiro e Sónia Duarte Franco Correia Marques, na sequência de concurso interno de acesso limitado.

26 de Novembro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*.

2611071159

Aviso n.º 25451/2007

De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 34.º, do Dec. lei n.º 427/89, de 07/12, aplicado à Administração Local através do Dec.-

Lei n.º 409/91, de 17/10 torna-se público que, por meu despacho de 22 de Novembro de 2007, foram nomeados como Técnicos Superiores da Área de Sociologia de 1ª Classe, Vera Cristina Moreira Luís de Brito, Marta Maria Manso Cotrim, Ricardo Jorge Caldeira Fernandes, Ana Cristina Cameiro Bastos Cadete, Cristina Marisa Carvalho Fonseca e Teresa Parreira Vicente, na sequência de concurso interno de acesso limitado.

26 de Novembro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*.

2611071157

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**Aviso (extracto) n.º 25452/2007****Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao provimento de um lugar de técnico de 2.ª classe**

1 — Para os devidos efeitos torna-se público que por meu despacho de 20 de Novembro de 2007, encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao provimento de um lugar de Técnico de 2.ª classe para exercer funções no Sector da Cultura, Divisão de Educação e Cultura.

1.1 — Para efeitos de recrutamento, foi consultada a bolsa de emprego (BEP), tendo-se verificado não existir pessoal em situação de mobilidade especial nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

2 — A remuneração corresponderá no ano de estágio ao escalão 1, índice 222, cujo valor é actualmente € 725,39. Após o provimento, corresponderá ao escalão 1, índice 295, das respectivas categorias, conforme anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e bem assim as demais condições genericamente vigentes para os actuais funcionários desta Autarquia.

3 — O presente concurso rege-se pelos Decretos-Lei n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 265/88, de 28 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro e 409/91, de 17 de Outubro.

4 — O concurso é válido apenas para a vaga posta a concurso e caduca com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — Área do Município de Castelo Branco.

6 — Conteúdo funcional — Funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida, requerendo uma especialização e conhecimentos profissionais adquiridos através de um curso superior na área de História.

7 — Estágio — a frequência de estágio é efectuada de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem carácter probatório e a duração de um ano.

7.1 — A avaliação final do estágio será feita com base:

a) Relatório de estágio a apresentar pelo estagiário no prazo de 30 dias, após o seu termo;

b) Classificação de serviço obtida durante aquele período;

c) Avaliação de cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar.

7.2 — A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações referidas no número anterior.

7.3 — O candidato admitido a estágio será provido a título definitivo em lugar da categoria de técnico de 2.ª classe, desde que obtenha classificação final de estágio não inferior a Bom (14 valores), passando a ter direito à remuneração estabelecida para o escalão 1 da referida categoria.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

8.1 — Requisitos gerais de admissão — a este concurso poderão candidatar-se todos os indivíduos vinculados ou não à função pública que satisfaçam, cumulativamente os requisitos constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico quando obrigatório;